

# Companhia de Transmissão Centroeste de Minas

**Demonstrações Financeiras**  
**31 de dezembro de 2024**  
**com Relatório do Auditor Independente**

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO .....	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS .....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS .....	18
6. ATIVO DE CONTRATO .....	18
7. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	20
8. FORNECEDORES .....	21
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	21
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	21
11. RECEITA .....	23
12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	25
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	26
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	26
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	28
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	30
17. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	34
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	35
PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	38

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Companhia ou Centroeste”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, subsolo 1, sala 12, Bairro Santo Agostinho, e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta, 345kV, nos termos do Contrato de Concessão com a União Federal através da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social era de R\$ 52.775 mil. O Capital integralizado era de R\$28.000 mil, representado por 28.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

### AMBIENTE REGULATÓRIO

A receita do negócio de transmissão é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constitui a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. A metodologia do modelo regulatório é o Revenue-cap, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto à Aneel para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

A Aneel define a receita dos ativos por meio de Resoluções Autorizativas, que estabelecem a Receita Anual Permitida (RAP) previamente, com direito ao recebimento a partir da data de entrada comercial do ativo, podendo ser reajustada nos processos de reajuste tarifário anual, revisão tarifária periódica e revisão tarifária extraordinária.

O reajuste tarifário anual ocorre em 1º julho de cada ano e tem por objetivo (i) corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de concessão e (ii) adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), por sua vez, ocorre a cada cinco anos e consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em julho de 2024, por meio das Resoluções Homologatórias (ReH) nº 3.344/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP para o Contrato de Concessão nº 004/2005 da Centroeste.

No caso desse contrato, a revisão deveria ter ocorrido em 2023, mas sua postergação foi determinada pelo Despacho Aneel nº 402/2023, que acolheu o pedido da Associação Brasileira de Transmissoras de Energia Elétrica (Abratee) de postergação da RTP de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Dessa forma em 2024, ocorreu o processo de reajuste tarifário anual para a receita do contrato 004/2005 da Centroeste.

### **RAP homologada para o ciclo 2024-2025**

As RAPs do ciclo 2024-2025 da Companhia foram estabelecidas em R\$26.008. No período, o índice de preço IGPM variou -0,3%.

A RAP da Centroeste (contrato 004/2005) foi reajustada em -13,6%, refletindo, principalmente, o efeito da redução da receita no 15º ano, definida no contrato de concessão para ocorrer em 25 de março de 2025, ou seja, dentro do ciclo 2024-2025, além do efeito do negativo do IGPM, índice de reajuste deste contrato.

## **INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO**

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade das instalações, a Cemig Transmissão Centroeste, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas das instalações, além de atendimento a requisitos legais ambientais.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estruturais e funcionais e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$35.371 mil, desse montante destacam-se serviços e materiais referente a construção da nova linha de transmissão de 230 kV, Governador Valadares 6 – Verona, concessão adquirida através do leilão da ANEEL 02/2022, Lote 1, vencido pela Cemig. Foi identificada a oportunidade de utilização da Centroeste para ganhos de licitação, construção e gestão desta nova LT, após a construção. Além de ganhos tributários. Previsão de término obra para junho de 2026.

## **DESEMPENHO ECONÔMICO**

### ***Resultado do exercício***

A Companhia obteve um resultado de R\$21.698 mil em 2024, em comparação a R\$9.709 mil em 2023. O aumento no resultado se justifica basicamente pelo aumento da remuneração do ativo de contrato, sendo R\$19.991 mil em 2024 e R\$9.346 mil em 2023.

### **Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida foi de R\$54.830 mil em 2024 em comparação R\$19.878 mil em 2023. A receita da Companhia é composta, principalmente, pela receita de construção da linha de transmissão Valadares - Verona e da receita de operação e manutenção da linha de transmissão Furnas – Pimenta. O aumento da receita se justifica pelo avanço da execução da LT Governador Valadares – Verona.

### **Deduções da receita operacional**

As deduções da receita operacional totalizaram R\$2.032 mil em 2024, comparados a R\$1.299 mil em 2023.

### **Custos e despesas operacionais**

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$29.277 mil em 2024, em comparação a R\$12.089 mil em 2023. A variação se justifica pelo aumento dos custos de construção pelo avanço da execução da LT Governador Valadares – Verona.

### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$1.174 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$2.482 mil em 2023. A variação se justifica pela queda na renda de aplicação financeira.

### **Imposto de renda e contribuição social**

Em 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.290 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$557 mil. A variação se justifica pelo aumento da despesa corrente e a redução da despesa diferida.

### **Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA da Companhia foi de R\$21.817 mil (R\$7.788 mil em 2023) e a Margem do LAJIDA foi de 39,79% no mesmo período (39,18% em 2023), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2024	2023	Var.%
Lucro líquido	21.698	9.709	123,48
Despesa de IR e CS	1.290	557	131,60
Amortização	3	4	(25,00)
Resultado financeiro	(1.174)	(2.482)	(52,70)
<b>LAJIDA</b>	<b>21.817</b>	<b>7.788</b>	<b>180,14</b>

- (1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

## **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

### Destinação do resultado de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$21.698 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$5.273 mil, referentes à Reversão da Reserva de lucros a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- R\$13.486 mil para constituição de dividendos obrigatórios, e;
- R\$13.485 mil, sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, no montante de R\$13.486 mil, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

### ATIVO

	Nota	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.746	4.771
Títulos e valores mobiliários	4	5.976	6.268
Concessionárias e permissionárias	5	2.303	3.096
Tributos compensáveis		177	113
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		364	88
Ativo de contrato	6	17.701	27.778
Depósitos judiciais	7	6.223	387
Outros créditos		513	278
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>36.003</b>	<b>42.779</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários	4	2.254	-
Depósitos judiciais		389	389
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		-	86
Tributos diferidos		331	170
Ativo de contrato	6	107.396	74.053
Imobilizado		-	1.279
Direito de uso		58	131
Outros ativos		2.505	3.497
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>112.933</b>	<b>79.605</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>148.936</b>	<b>122.384</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(Em milhares de Reais)

### PASSIVO

	Nota	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	8	6.084	1.984
Impostos, taxas e contribuições	9	1.181	1.339
Encargos regulatórios		172	304
Dividendos a pagar		13.486	5.946
Convênio de compartilhamento		1.178	135
Passivo de arrendamentos		6	12
Outros passivos		13	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>22.120</b>	<b>9.720</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		22	22
Impostos, taxas e contribuições	9	2.530	2.360
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	2.733	2.913
Passivo de arrendamentos		65	131
Encargos regulatórios		70	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.420</b>	<b>5.426</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>27.540</b>	<b>15.146</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	10	28.000	28.000
Reservas de lucros		93.396	79.238
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>121.396</b>	<b>107.238</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>148.936</b>	<b>122.384</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>RECEITA</b>	11		
Remuneração do ativo contratual		21.851	7.685
Receita de construção		29.115	9.950
Receita de operação e manutenção		(1.710)	3.543
Subvenções vinculadas ao EUST		7.502	-
Outras receitas operacionais		104	-
Deduções da receita		(2.032)	(1.300)
		<b>54.830</b>	<b>19.878</b>
<b>CUSTOS DE OPERAÇÃO</b>	12	<b>(31.534)</b>	<b>(11.443)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>23.296</b>	<b>8.435</b>
<b>DESPESAS</b>	12		
Despesas gerais e administrativas		(401)	(317)
Outras despesas		(1.081)	(334)
		<b>(1.482)</b>	<b>(651)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro</b>		<b>21.814</b>	<b>7.784</b>
Receitas financeiras	13	1.226	2.637
Despesas financeiras	13	(52)	(155)
		<b>1.174</b>	<b>2.482</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>22.988</b>	<b>10.266</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.470)	(1.211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	180	654
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>21.698</b>	<b>9.709</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	21.698	9.709
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>21.698</b>	<b>9.709</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros - CPC 47		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>28.000</b>	<b>5.600</b>	<b>56.693</b>	<b>29.877</b>	-	<b>120.170</b>
Aprovação de dividendos pagos			(16.695)			(16.695)
Resultado do exercício	-	-	-	-	9.709	9.709
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(5.946)	(5.946)
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.945	-	(5.945)	-
Reserva de lucros a realizar - Reversão	-	-	-	(2.182)	2.182	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>28.000</b>	<b>5.600</b>	<b>45.943</b>	<b>27.695</b>	-	<b>107.238</b>
Dividendo obrigatório não distribuído em 2023				5.946		5.946
Resultado do exercício	-	-	-	-	21.698	21.698
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>						
Dividendo obrigatório não distribuído	-	-	-	-	(13.486)	(13.486)
Reserva para investimento	-	-	13.485	-	(13.485)	-
Reserva de lucros a realizar - Reversão	-	-	-	(5.273)	5.273	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>28.000</b>	<b>5.600</b>	<b>59.428</b>	<b>28.368</b>	-	<b>121.396</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	21.698	9.709
Ajustes por:		
Amortização do direito de uso	3	4
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 14 b)	1.290	557
PIS/Pasep e Cofins diferidos	(161)	(14)
Juros passivo de arrendamento	6	11
Juros e variações monetárias	(1.111)	(2.506)
Receita de construção (Nota 6)	(29.115)	(9.950)
Atualização monetária ativo contratual (Nota 6)	(21.851)	(7.685)
	<b>(29.241)</b>	<b>(9.874)</b>
(Aumento) Redução de ativos		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	793	(337)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(249)	(274)
Tributos compensáveis	(225)	(15)
Ativo contratual (Nota 6)	27.700	26.082
Depósitos judiciais	(5.836)	387
Outros ativos	2.109	(4.213)
	<b>24.292</b>	<b>21.630</b>
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	4.100	812
Impostos, taxas e contribuições	173	(873)
Encargos regulatórios	(62)	(280)
Outras obrigações	(61)	51
	<b>5.193</b>	<b>(290)</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>244</b>	<b>11.466</b>
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.411)	(817)
Juros de arrendamentos pagos	(6)	-
Juros recebidos	911	2.367
<b>CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(262)</b>	<b>13.016</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários	(26.360)	(19.471)
Resgate de Títulos e valores mobiliários	24.599	25.785
<b>CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.761)</b>	<b>6.314</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos (Nota 10)	-	(16.695)
Arrendamentos pagos (Nota 13)	(2)	(11)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(2)</b>	<b>(16.706)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(2.025)</b>	<b>2.624</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.771	2.147
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.746	4.771
	<b>(2.025)</b>	<b>2.624</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas é uma sociedade anônima de capital fechado e autorizado, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia foi constituída com o objetivo de: construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, circuito 2 com extensão de 62,7Km, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal em 04 de março de 2005, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Companhia iniciou as suas atividades operacionais em abril de 2010.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Este empreendimento foi objeto do leilão de transmissão nº 02/2022-ANEEL e tem previsão de entrada em operação comercial até 30/03/2028. O valor da receita anual permitida (RAP) agregada será de aproximadamente R\$17.000.

Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, licenciamento ambiental e elaboração de projeto executivo, com o início da construção previsto para o 1º semestre de 2025.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura, de engenharia e de operação e manutenção regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

##### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 03 de julho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## **2.2 Bases de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em milhares de Reais – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Ativo de contrato (determinação da margem de construção e remensuração do ativo de contrato);
- Nota 11 – Receita líquida (reconhecimento da margem de construção e reconhecimento da receita de operação e manutenção); e
- Nota 16 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

## **2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024**

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Essas alterações não impactaram as políticas contábeis já adotadas pela Companhia. As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p>
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	<p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”.</p> <p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retro arrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	<p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

## 2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e IFRS 40– Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e</p>	01/01/2026

Norma	Principais alterações	Início da vigência
	<p>instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	
<p>IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</p>	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26/ IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	<p>01/01/2027</p>
<p>IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</p>	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2027</p>

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

## 2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme a seguir:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Contas bancárias				80	64
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (1)	CDI	95% a 110%	80% a 108,5%	-	1.851
Overnight (2)	Pré-fixada	11,91% a 12,15%	11,42% a 12,65%	2.666	2.856
<b>Total</b>				<b>2.746</b>	<b>4.771</b>

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 16 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
<b>Circulante</b>					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	CDI	-	103% a 104,3%	-	598
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	4.679	3.864
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	1.213	1.742
Debêntures		TR + 1% a 122,90%	TR + 1% e 118,69%	84	64
				<b>5.976</b>	<b>6.268</b>
<b>Não circulante</b>					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	-	2.254	-
				<b>2.254</b>	<b>-</b>
				<b>8.230</b>	<b>6.268</b>

As práticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

## 5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
			31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	2.303	-	2.303	3.096
<b>Total</b>	<b>2.303</b>	<b>-</b>	<b>2.303</b>	<b>3.096</b>
<b>Circulante</b>			<b>2.303</b>	<b>3.096</b>

### Política contábil

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

## 6. ATIVO DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

<b>Saldo do ativo contratual em 31/12/2022</b>	<b>110.278</b>
Atualização financeira	7.685
Adições	9.950
Realização	(26.082)
<b>Saldo do ativo contratual em 31/12/2023</b>	<b>101.831</b>
Atualização financeira	21.851
Receita de construção	29.115
Realização	(27.700)
<b>Saldo do ativo contratual em 31/12/2024</b>	<b>125.097</b>
<b>Circulante (a)</b>	<b>17.701</b>
<b>Não Circulante (a)</b>	<b>107.396</b>
	<b>125.097</b>

### a) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela

disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

### **Leilão de Transmissão nº 2/2022**

A Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos. Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Geração e Transmissão, aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, na Companhia no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da companhia. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. As obras da construção foram iniciadas em janeiro de 2025.

### **Receita Anual Permitida**

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.344/2024, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 26.008, para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 (R\$ 30.148 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024).

### **Política contábil**

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para concessionárias e permissionárias.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

### **Estimativas e julgamentos**

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da

obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

### Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia considera os ativos de geração e transmissão detidos pela Companhia como sendo duas unidades geradoras de caixa distintas. Os demais ativos são analisados de forma individual. Existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Depósitos judiciais		
Servidão (1)	6.223	387
	<b>6.223</b>	<b>387</b>

(1) Aumento se refere às passagens da nova de linha transmissão Verona.

Os depósitos judiciais efetuados pela Companhia referem-se à pagamento de ações de servidões permanentes.

## 8. FORNECEDORES

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Suprimento e transporte de energia elétrica	40	41
Materiais e serviços	6.044	1.944
<b>Não Circulante</b>		
Retenção Contratual	22	21
<b>TOTAL</b>	<b>6.106</b>	<b>2.006</b>

## 9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
Cofins	627	945
PIS/Pasep	136	205
INSS	98	30
Outros	320	159
	<b>1.181</b>	<b>1.339</b>
<b>Não circulante</b>		
Cofins	2.080	1.940
PIS/Pasep	450	420
	<b>2.530</b>	<b>2.360</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.711</b>	<b>3.699</b>

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$28.000, representado por 28.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

### b) Reservas

#### Reserva de Lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2024	2023
Reserva legal	5.600	5.600
Retenção de lucros	59.428	45.943
Reserva de lucros a realizar - CPC 47	28.368	27.695
	<b>93.396</b>	<b>79.238</b>

#### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu de reserva legal em 2024, pois atingiu o limite de 20% que dispõe a Lei 6.404/76.

### Reserva de lucros a realizar

A Companhia registrou, na reserva de lucros a realizar, a reversão de R\$5.273, referente ao efeitos da reavaliação da adoção do CPC 47 na mensuração do ativo de contrato.

### **c) Dividendos**

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
Resultado do exercício	21.698	9.709
Reservas de lucros a realizar	5.273	2.182
	<b>26.971</b>	<b>11.891</b>
<b>Dividendos propostos</b>		
Reserva de retenção de lucros (reserva para investimentos)	13.485	5.945
Dividendos obrigatórios	13.486	5.946
<b>Total dos dividendos</b>	<b>26.971</b>	<b>11.891</b>

### **d) Destinação do resultado de 2024 - Proposta da Administração**

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$21.698, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$5.273, referentes à Reversão da Reserva de lucros a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- R\$13.486 para constituição de dividendos obrigatórios, e;
- R\$13.485 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, no montante de R\$13.486, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

#### e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>5.946</b>
Dividendo obrigatório não distribuído em 2023	(5.946)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	13.486
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.486</b>

## 11. RECEITA

	2024	2023
Remuneração do ativo contratual	21.851	7.685
Receita de Construção	29.115	9.950
Receita de operação e manutenção	(1.710)	3.543
Subvenções vinculadas ao Eust (2)	7.502	-
Outras receitas operacionais	104	-
Deduções à receita operacional (a)	(2.032)	(1.300)
<b>Receita operacional líquida (1)</b>	<b>54.830</b>	<b>19.878</b>

- (1) O aumento da receita líquida advém do avanço da execução da construção da LT Governador Valadares – Verona e do recebimento de restituição de valores não arrecadados dos descontos incidentes sobre as tarifas.
- (2) Trata-se de recebimento de restituição de valores não arrecadados dos descontos incidentes sobre as tarifas.

#### a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
PIS/Pasep	177	70
Cofins	820	319
Reserva Global de Reversão – RGR	623	525
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	125	110
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	100	110
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	125	111
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	62	55
<b>Total das deduções</b>	<b>2.032</b>	<b>1.300</b>

#### b) Receita de Concessão de Transmissão

	2024			2023		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita Anual Permitida (RAP)	29.115	(1.710)	27.405	9.950	3.543	13.493
Custos de concessão de transmissão	(27.476)	(1.382)	(28.858)	(9.390)	(2.053)	(11.443)
<b>Margem</b>	<b>1.639</b>	<b>(3.092)</b>	<b>(1.453)</b>	<b>560</b>	<b>1.490</b>	<b>2.050</b>
<b>Mark-up (%)</b>	<b>5,97%</b>	<b>(223,73%)</b>	<b>(5,03%)</b>	<b>5,96%</b>	<b>72,56%</b>	<b>17,91%</b>

## Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

### **Receitas de transmissão**

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- **Receitas de construção:** correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- **Receita de operação e manutenção:** correspondem à obrigação de performance relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- **Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão:** corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

### **Outras receitas**

#### Subsídios governamentais

A Centroeste recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas de Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Subsídios tarifários” no ativo circulante.

#### Estimativas e julgamentos

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na

rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente.

## 12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

### a) Custos de operação

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas e outras despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros (b)	1.398	1.643	260	222	1.658	1.865
Material (2)	2.332	77	-	-	2.332	77
Compartilhamento de infraestrutura	325	328	-	-	325	328
Custos de Construção (1)	27.476	9.390	-	-	27.476	9.390
Outros custos e despesas operacionais	3	5	821	112	824	117
Pessoal	-	-	401	317	401	317
	<b>31.534</b>	<b>11.443</b>	<b>1.482</b>	<b>651</b>	<b>33.016</b>	<b>12.094</b>

(1) Os custos de construção aumentaram devido ao avanço da execução da construção da LT Governador Valadares/Verona.

(2) Os custos em materiais aumentaram devido à novos gastos com infraestrutura para instalação de reatores no sistema de transmissão.

### b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Operação e manutenção (1)	1.256	1.300
Gestão ambiental	-	65
Mão de obra contratada	148	16
Outros	254	484
<b>TOTAL</b>	<b>1.658</b>	<b>1.865</b>

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº18.

### 13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	45657	45291
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	1.176	2.610
Outras receitas financeiras	50	27
	1.226	2.637
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros passivo de arrendamento	(6)	(11)
Outras despesas financeiras	(46)	(144)
	(52)	(155)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.174</b>	<b>2.482</b>

#### Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
<b>Não circulante</b>		
<b>Imposto de renda</b>		
Rendas não resgatadas	67	60
Comp. Crédito Tributário Ativo	(80)	(66)
Ativo de Contrato	1.705	1.825
Diferido Regime Caixa/Competência	39	28
<b>Contribuição social</b>		
Rendas não resgatadas	24	21
Comp. Crédito Tributário Ativo	36	43
Ativo de Contrato	921	986
Diferido Regime Caixa/Competência	21	16
<b>TOTAL</b>	<b>2.733</b>	<b>2.913</b>

#### b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita de Uso de Rede	33.678	33.678
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Receita Operacional Tributada</b>	<b>2.694</b>	<b>4.041</b>
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.155	1.155
Outras Receitas Financeiras	51	51
<b>Base de Cálculo</b>	<b>3.900</b>	<b>5.247</b>
Alíquota	15%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>585</b>	<b>472</b>
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	366	-

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total</b>	<b>951</b>	<b>472</b>
<b>Ajuste de ECF</b>	<b>47</b>	<b>-</b>
Ativo de Contrato	(5.999)	(5.999)
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(480)</b>	<b>(720)</b>
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Ativo de Contrato</b>	<b>(120)</b>	<b>(65)</b>
Rendas de aplicações	1.176	1.176
Rendas de aplicações resgatadas	1.155	1.155
Rendas de aplicações não resgatadas	21	21
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>5</b>	<b>2</b>
Receita por competência diferida	(81)	(81)
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Base de cálculo Lucro Presumido</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>
<b>Corrente</b>	<b>998</b>	<b>472</b>
<b>Diferido</b>	<b>(116)</b>	<b>(64)</b>

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita de transmissão de energia elétrica	29.701	29.701
Percentual de presunção	8%	12%
<b>Base de cálculo antes de outras receitas</b>	<b>2.376</b>	<b>3.564</b>
Receitas financeiras	2.804	2.804
<b>Outras receitas financeiras</b>	<b>27</b>	<b>27</b>
<b>Base de cálculo - Lucro presumido</b>	<b>5.207</b>	<b>6.395</b>
Alíquota nominal	15%	9%
<b>IR e CS</b>	<b>781</b>	<b>576</b>
Adicional (10%)	497	0
<b>IR e CS Total</b>	<b>1.278</b>	<b>576</b>
Ajuste de ECF	(425)	(216)
Ativo de contrato - Longo prazo	(19.005)	(19.005)
Percentual de presunção	8%	12%
<b>Base de cálculo</b>	<b>(1.520)</b>	<b>(2.281)</b>
Alíquota	25%	9%
IR e CS	(380)	(205)
Rendas de aplicações	2.610	2.610
Renda de aplicações resgatadas	2.804	2.804
Rendas de aplicações não resgatadas	-194	-194
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS - Diferidos</b>	<b>(48)</b>	<b>(17)</b>

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita por competência diferida	(77)	(77)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	(6)	(9)
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS diferido - Receita por competência</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>
<b>IR e CS – Despesa</b>	<b>1.211</b>	<b>(654)</b>
<b>Corrente</b>	<b>852</b>	<b>359</b>
<b>Diferido</b>	<b>(430)</b>	<b>(224)</b>

### Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas tributadas pelo regime de caixa.

Em conformidade ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia não possui valores relacionados à incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro reconhecidos em suas informações contábeis.

## 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Encargos</b>								
<b>Encargos de transmissão</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	10	22	171	188	(148)	(142)
Madeira Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia	254	-	-	-	1.020	1.161	-	-
Aliança Energia	-	-	-	-	33	32	-	-
Volta do Rio	-	-	-	-	3	4	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	1.440	1.514	-	-

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Convênio de compartilhamento</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	142	135	-	-	(142)	(401)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(171)	-
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	(112)	-
<b>Convênio de compartilhamento - O&amp;M</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	134	64	-	-	(1.017)	(876)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Juros sobre capital próprio e dividendos</b>								
Cemig Geração e Transmissão			13.486	5.946	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	2.666	2.856	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.976	6.268	-	-	265	242	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	28	15
Participação nos resultados	8	4
Previdência privada	2	2
<b>Total (1)</b>	<b>38</b>	<b>21</b>

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Concessionárias e permissionárias		2.303	2.303	3.096	3.096
Títulos e valores mobiliários		2.254	2.254	-	-
		4.557	4.557	3.096	3.096
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
<b>Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras</b>	1	2.746	2.746	2.920	2.920
<i>Títulos e valores mobiliários</i>					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	-	-	598	598
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	4.679	4.679	3.864	3.864
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.213	1.213	1.742	1.742
Debêntures	2	84	84	64	64
		8.722	8.722	9.188	9.188
		<b>13.279</b>	<b>13.279</b>	<b>12.284</b>	<b>12.284</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	(6.106)	(6.106)	(2.006)	(2.006)
Passivo de arrendamentos	2	(71)	(71)	(143)	(143)
		<b>(6.177)</b>	<b>(6.177)</b>	<b>(2.149)</b>	<b>(2.149)</b>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por

corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

**Aplicações Financeiras:** mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

#### **b) Gestão de riscos**

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

#### **Risco de taxa de juros**

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

#### **Risco de Liquidez**

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	6.011	170	25	(122)	-	6.084
Passivo de arrendamentos	1	2	3	24	98	128
	<b>6.012</b>	<b>172</b>	<b>28</b>	<b>(98)</b>	<b>98</b>	<b>6.212</b>

## Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal. Portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

### Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor

justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

### **Mensurados ao custo amortizado**

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

### **Estimativas e julgamentos**

#### **Valor justo por meio do resultado**

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

## 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Adiantamento para futuro aumento de capital

Em abril de 2025, a Cemig GT, controladora, realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no montante de R\$5.000. O aporte possui a finalidade de compor os recursos necessários para construção da linha de transmissão Governador Valadares 6 - Verona.

\* \* \* \* \*

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo  
Diretor-Presidente

Andrea Marques de Almeida  
Diretora

Fredstwon Reis Pereira  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC – MG - 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os Conselheiros Fiscais da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2025.

Douglas Augusto Oliveira Cabido, Conselheiro Efetivo

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro Efetivo

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro Efetivo